

Vigilantes fazem paralisação nesta segunda



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

Gabriel Damásio
gabrieldamasio@jornaldodiase.com.br

Os vigilantes de empresas de segurança privada prometem fazer uma paralisação de 24 horas nesta segunda-feira, com possibilidade de greve geral. A decisão foi tomada nesta sexta-feira em uma assembleia da categoria, devendo afetar, principalmente os serviços de vigilância em bancos, repartições públicas e empresas. A principal exigência é a apresentação de uma contraproposta de reajuste salarial, com aumento no tíquete-alimentação e na gratificação de periculosidade. O movimento é contestado pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Sergipe (Sindesp), que assegura: não haverá paralisações.

Segundo o Sindicato dos Vigilantes de Sergipe (Sindivigilantes), a última proposta apresentada pelos patrões foi de aumentar o salário-base para R\$ 730, com desconto de 10% para o tíquete - equivalente a R\$ 80. "Eles mandaram uma pauta de negociação que já tinha sido discutida e rejeitada. Isso não é proposta para se passar para uma assembleia, porque não existe. O nosso piso salarial é hoje de R\$ 657, abaixo do salário mínimo. Então não tem como negociar isso. Vamos parar na segunda-feira, e se a negociação avançar até a semana que vem, vamos deflagrar uma greve por tempo indeterminado", afirma o presidente do Sindivigilantes, Reginaldo Gonçalves.

De acordo com o sindicalista, as empresas estariam pressionando os vigilantes a não aderir ao movimento, sob pena de punições. "Os patrões já estão com um informativo na rua, mentindo e dizendo que o sindicato não tem respaldo em paralisação. E estão ameaçando o trabalhador, afirmando que os vigilantes vão dar plantão no domingo à noite, passando 24 horas na 'caixa'. Se eles fizerem isso, vamos entrar na justiça, porque é ilegal um pai de família trabalhar 24 horas direto. Os inspetores já estão passando nos postos dizendo que quem parar na segunda vai levar justa causa, e eles não são doidos de fazer isso. Porque a greve é um direito do trabalhador", frisou, ao acusar os empresários de "falta de respeito e compromisso" com a categoria.

Outra queixa de Reginaldo é quanto a desvios de funções no serviço diário e a falta de condições de trabalho para enfrentar o aumento dos assaltos e roubos contra os vigilantes. Para ele, os profissionais não são treinados o suficiente para a atividade de segurança e acabam tendo que executar outras funções. "Hoje, o vigilante é contratado para fazer segurança, mas quando ele chega empresa para que ele é contratado, ele passa a ser jardineiro, porteiro, lavador de carro, entregador de senha... A gente perdeu uma arma, há 15 dias atrás, porque o vigilante da Vitória [empresa de ônibus] foi empurrar o portão até o meio da rua: na volta, o meliante chegou e tomou a arma dele", conta o presidente, acrescentando que, apenas neste ano, quatro vigilantes já foram assassina-

dos em assaltos no Estado, contra três de todo o ano passado.

"Enganação" - No outro lado, as empresas de vigilância procuram tranquilizar a população, afirmando que a paralisação dos vigilantes não irá acontecer. O presidente do Sindesp, Marco Aurélio Tarquínio, diz que o impasse com os trabalhadores está sendo criado por uma disputa política interna do Sindivigilantes. "O que existe são três grupos que estão lutando judicialmente pelo controle do sindicato e isso tem atrapalhado o fechamento da convenção coletiva. Historicamente, nos últimos 10 anos, nunca perdemos a data de fechar a convenção, mas este ano isso não se conseguiu por causa da disputa. E esse grupo que está à frente, que é um dos que disputam na Justiça, sofreu recentemente mais uma derrota quando o Ministério Público não considerou válida a eleição dele. É algo muito problemático, que tem afetado muito a categoria dos vigilantes", explica Tarquínio.

O empresário também negou que o piso salarial da categoria esteja abaixo do salário mínimo. Segundo ele, o salário atual dos vigilantes está entre R\$ 1.200 e 1.300, pois é acrescido de adicionais e gratificações previstas na lei trabalhista. "Evidentemente que esse não é o valor ideal, mas é o que o mercado corresponde", disse ele, ao afirmar que o mercado de Sergipe para a área de segurança privada é pequeno, com cerca de 7 mil vigilantes trabalhando em 12 empresas legalizadas pela Polícia Federal.

Marco Aurélio argumenta que a atual atividade do setor está "desmoralizada" com o aumento da criminalidade e as atitudes que estão sendo tomadas pelos vigilantes, o que, conforme seu raciocínio, pode prejudicar os empregos da categoria no futuro. "Eu acho que o sindicato deveria estar muito mais preocupado com o que está acontecendo de roubo de armas, com a desmoralização da atividade. Hoje já são muitos clientes que estão dizendo: 'olha, não está valendo a pena ter este serviço, por que qualquer um vem e rouba uma arma'. Se não houver cliente pra contratar [a empresa], não tem vigilante, não tem salário, não tem piso, não tem nada. Isso sim é mais preocupante", afirma.

O presidente do Sindesp contestou ainda a afirmação do Sindivigilantes de que os trabalhadores são obrigados a executar outras funções em seu horário de serviço. "Esse discurso de que o vigilante tem que abrir portã ou atender telefone não cola, o cliente não concorda com isso. Abrir ou fechar portão não é que torna vulnerável o serviço. O que torna vulnerável é a falta de atenção, é a falta de profissionalismo na execução do trabalho", disparou, ressaltando que alguns cursos de treinamento vem sendo realizados para os vigilantes, com a participação de policiais, especialistas em segurança e até do comandante-geral da Polícia Militar, coronel Maurício Nunes, o qual fez uma palestra recente nestes cursos, a convite do Sindesp.